

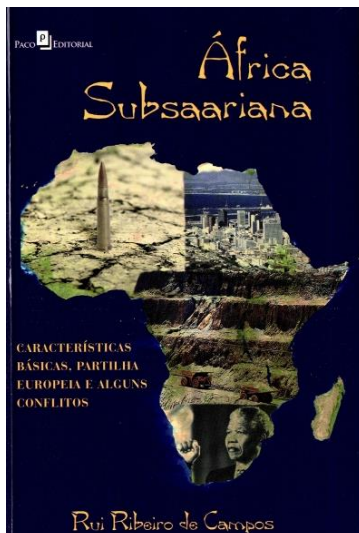
RESENHA:

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **África Subsaariana**: características básicas, partilha europeia e alguns conflitos. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014. 312 p.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Geógrafo pela PUC-Campinas, Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Pesquisador do Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH-DG/USP.

Atualmente é Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.
gustavocepolini@usp.br



A última obra do Professor Rui Ribeiro de Campos (1948-2015) é oriunda de muitas aulas e pesquisas em décadas dedicadas à Educação Básica e ao Ensino Superior¹. Tais perspectivas são visíveis desde a apresentação da obra - África Subsaariana - até as últimas páginas. Nota-se um rigor para com as inúmeras fontes consultadas, sem perder a essência poética e respeitosa com que lê e desconstrói algumas visões sobre as Áfricas.

Essa leitura plural das muitas Áfricas foi escamoteada de uma parte significativa da História. Por isso, muitas vezes o autor apresenta um breve histórico dos temas ora analisados, pois, reconhece que os mesmos são mais amplos e complexos, e, contribui assim, com a leitura geográfica de um continente com aproximadamente um bilhão de habitantes, cujos contrastes e desigualdades estão ancorados em uma partilha sangrenta que, aliada às características do capitalismo globalizado, fazem com que os conflitos continuem.

Trata-se de uma obra de Geografia Política e Regional da África Subsaariana, composta de uma apresentação que situa parte do pensamento do autor, assim como algumas limitações, inclusive, ao reconhecer que possui grande influência europeia e estadunidense e nenhuma de linha africana. A partir desse fato, o autor indica eventuais problemas da obra, os quais são inexistentes ao concluir a leitura da mesma, e, sobretudo, pelas belas, coerentes e críticas mensagens de José Martí (1853-1895), M. Boubou Hama

¹ As obras anteriores são de 2011 e 2014.

(1906 - 1982), Albert Einstein (1879 - 1955), Nelson Mandela (1918 - 2013), Castro Alves (1847 - 1871), Patrice Lumumba (1925-1961) e Mia Couto (1955 -), presentes no início de alguns capítulos e em alguns subtítulos do livro.

Na sequência da apresentação é possível ler a África em nove capítulos, considerações finais, referências e quatro anexos: *Primavera (?) Árabe Africana; Alguns filmes sobre a África Subsaariana; Principais genocídios do século XX e Tabelas e quadros sobre a África*, que dialogam com os capítulos, e, sobretudo, permitem que os leitores, pesquisadores, professores e demais interessados na temática possam avançar com os estudos sobre a África Subsaariana a partir de uma abordagem da Geografia Política na sua diversidade natural, étnica, cultural e socioeconômica anterior à colonização, durante o processo de descolonização, bem como uma breve situação da maioria dos países africanos.

No âmbito da apresentação, o autor afirma que o Brasil é o segundo país em população negra do mundo, sendo a Nigéria, o primeiro. Dessa forma, tece um importante questionamento sobre o que nós brasileiros, conhecemos de fato da África, enquanto o “berço da humanidade”; não somente pelo surgimento do *homo erectus*, como também pelas civilizações mais antigas do globo – a egípcia e seu império de mais de cinco mil anos.

A questão cultural é impar na África Negra, cuja tradição oral foi responsável por disseminar parte dos saberes, e, com a expansão do islamismo ao sul do Saara e na costa oriental, algumas obras escritas em árabe substituíram parte dessa tradição oral. E, a partir do século XV, os europeus estabeleceram relações comerciais com África Negra, resultando em “diversos registros sob a forma de relatos, crônicas e descrições” (p. 07).

Campos apresenta algumas possíveis origens para o termo África, ou seja, desde colônia ou local exposto ao sol, passando pela *avringa* ou *afri* – tribo berbere que na Antiguidade habitava o norte do continente ou proveniente de *Ifriya*, em que *ifri*, significa rochedos. Baseado nessas breves origens apresenta algumas características físicas do continente africano, com destaque para o fato de que é um continente maciço com poucos recortes, possui mais de 30 milhões de km² ou 20,3% das terras firmes do planeta. Trata-se do segundo continente mais populoso, ficando atrás apenas da Ásia.

Ainda sobre a tradição oral, Campos reafirma que isso trouxe algumas deficiências, sobretudo, em relação à cronologia dos fatos. Nesse contexto, indica que há problemas sobre a visão dos historiadores, os quais rotulavam o saber histórico a partir da escrita. “Os primeiros livros sobre essa região foram, a partir do século XIX, escritos em inglês ou francês e, portanto, sob a ótica dos colonizadores” (p. 11). Trata-se do olhar do missionário sob os povos que pretendiam cristianizar.

Finalizando a apresentação da obra, nota-se uma leitura sob a submissão de alguns homens por outros a partir de um diálogo com Immanuel Kant (1724-1804). Dessa forma, consta-se a crítica à ideia de que as diferenças entre as raças humanas pudessem justificar qualquer submissão.

Nesse sentido, menciona a divisão da África Subsaariana em três grandes áreas: Ocidental, Centro-Ocidental e Oriental. E, em relação ao continente africano, aponta que existem diversas maneiras de demarcar as partes, e para isso indica: África Meridional, África Central, África Ocidental, África Oriental e África Setentrional, as quais permitem indicar que através das constantes mudanças ocorridas no mundo, a África é globalizada, assim como todos os locais atualmente são. “Ela não é globalizadora e é marginalizada dos fluxos comerciais e presa a dívidas externas, como também foram (e muitos ainda são) países da América Latina” (p. 15).

No primeiro capítulo é possível adentrar alguns aspectos físicos da África, tais como relevo, clima, hidrografia e vegetação sempre associados à ocupação humana. Como exemplo, nota-se a preocupação em relação à escassez de água – “o ouro azul”. “No Sahel os índices pluviométricos diminuíram nas últimas décadas. Água potável, em média, existe para um em cada dois africanos” (p. 33). O debate sobre os rios internacionais, dos conflitos e disputas são evidentes no decorrer no século XXI, assim como a patente e a biopirataria dos conhecimentos tradicionais através da apropriação de grupos estrangeiros. Nesse sentido, o autor indica que os microclimas já estão sendo alterados pelo desmatamento acelerado, que expõe os solos à ação da erosão e reduz a biodiversidade e prejudica a agricultura camponesa.

No segundo e terceiro capítulos são analisadas algumas características humanas e econômicas. Para provocar o leitor é possível verificar afirmações como: “Não se sabe com segurança quantos grupos étnicos existiam em toda a África por ocasião do século XV” (p. 35); e “O que se sabe é que antes do período colonial as formações grupais eram mais fluidas e a variação linguística muito maior” (p. 35).

A partir desse amplo cenário, tece críticas pontuais ao padrão introduzido pelos missionários, ressaltando que nas sociedades africanas mais complexas (Grandes Impérios) o poder era exercido de forma mais autoritária – ditatorial. Todavia, na África Subsaariana predominava uma sociedade na qual o indivíduo identifica seu bem-estar com o bem-estar do grupo, há, portanto, direitos individuais subordinados ao coletivo. Nota-se, aqui, a perspectiva em termos político-econômico não individualista, mas sim “comunitária ou socializada”.

Tais características culturais permitem dividir o continente em África Branca – ao norte, com predomínio da cultura árabe e África Negra – sul do Saara, com culturas, identidades e territorialidades locais. Campos indica que essa divisão também possui problemas e destaca as diversas religiões como exemplo central; aliada às tradições africanas e à ancestralidade patriarcal das quais muitas transformações ocorreram e ocorrem no tocante às religiões.

Em relação ao Islamismo, afirma que teve maior aceitação quando comparado ao Cristianismo. “Em regiões do Saara, do Sahel e em parte da África Oriental, a religião prevalecente (e isso já faz séculos) é a islâmica, predominantemente sunita; um em cada três africanos é muçulmano” (p. 38). Na prática, o que predomina é um Islã popular, repleto de práticas sincréticas. Nesse contexto, o autor afirma: “A religião islâmica também sofreu um processo de africanização, pois, por exemplo, aceitar outros deuses é uma heresia em relação aos princípios que estão escritos no Alcorão” (p. 39).

No tocante ao Cristianismo, o mesmo foi introduzido na Abissínia ou Axum ou Etiópia ainda no século IV, cujas características derivam das influências do patriarcado de Alexandria e elementos judeus e religiões tradicionais.

Dentre as análises pode-se verificar ainda como os negros eram tradicionalmente divididos em: Sudaneses, Bantos, Nilóticos, Pigmeus, Hotentotes, Bosquímanos, Peules e Houvas – habitantes de Madagáscar. Essas divisões e subdivisões permitiram a menção de “sub-raças” como estratégias de dominação e deslegitimação dos povos. Em relação ao quadro demográfico menciona a expectativa de vida em alguns países que, em 1989, na média, era em torno de 40 anos. Os dados mais atuais na obra de Campos datam de 2012 e indicam que $\frac{3}{4}$ das mortes provocadas pela AIDS ainda ocorrem no continente. Sobre a taxa de fecundidade afirma que ainda são altas, “cuja queda não ocorre em razão da pouca utilização de métodos contraceptivos e de resistência religiosa – e também uma alta percentagem de órfãos (em razão da AIDS e dos conflitos)” (p. 45).

Dessa forma, indica que a AIDS e as guerras vem provocando um aumento significativo da mortalidade materna e infanto-juvenil. Ressalta-se ainda que a malária lidera o *ranking* da mortalidade, sendo superior aos mortos em conflitos. Por isso, a maioria das nações ainda possuem uma pirâmide etária de base larga. A densidade demográfica é muito irregular, o vale do Nilo chega a ter 500 hab./km² e as áreas desérticas tem índices inferiores a 1 hab./km².

A África constitui o maior patrimônio lingüístico do mundo: 1.500 línguas. Como já se citou, a África Negra é globalizada, mas não globalizadora. Nela também se tentou (e se continua tentando) um combate **cultural** a favor da

negritude para afirmar sua identidade diante dos colonizadores. Não há projetos nacionais que dêem certo se não existir uma relativa identidade cultural (CAMPOS, 2014, p. 46; grifo do autor).

A partir dessa afirmação é possível verificar a frase africana: “um ancião que morre é uma biblioteca que se queima” (*apud* HUGNON, 2009, p. 41). Essa contextualização permite ao autor evidenciar a diversidade da população africana que segundo os dados consultados vivem em sua maioria no meio urbano, especialmente em cidades localizadas no litoral, sendo antigos portos criados pelos colonizadores europeus. Campos discute rapidamente o papel da mulher nas sociedades africanas, ressaltando que esse não era idêntico embora fosse central.

O centro de suas atividades ocorre no âmbito doméstico de produção alimentar e de reprodução. Além do trabalho de obter lenha e água. É inferiorizado em relação à poliginia permitida em várias nações africanas. Em relação ao papel político ou religioso, são permitidos apenas em certas sociedades.

No tocante à percentagem da PEA – População Economicamente Ativa, Campos apresenta dados referentes aos anos de 1995 e 2005, que possibilita uma comparação importante no decorrer de uma década, entre os séculos XX e XXI. No ano de 1995 constata-se que: a agricultura corresponde a 55,7%, a indústria 13,5% e o setor de serviços 30,8%. Já em 2005, nota-se que a agricultura concentra 47,2%, enquanto a indústria 14,5% e o setor de serviços 38,3%².

Destaca-se ainda que a agricultura possui um papel central na África. Leia-se, a agricultura camponesa, cuja base familiar é essencial e a mulher detentora de um papel fundante, ou seja, responsável pelo trabalho na terra e, por vezes, estende-se ao comércio; enquanto o trabalho mais pesado como a abertura de caminhos na floresta é restrito ao homem, e as colheitas são realizadas por ambos. Dessa forma, a cultura vem sendo modificada em função da colonização, urbanização e à globalização. O domínio, leia-se, imposição da cultura ocidental, nas palavras de Campos, foi e é importante para a expansão do capitalismo e por consequência tem ocorrido uma lenta e contínua erosão das culturas africanas.

A religião, a escravidão e a ideia de raça em partes foram centrais para a disseminação de algumas práticas dos colonizadores. Estima-se que mais de 12 milhões de negros foram trazidos para o Brasil, para a área antilhana e para o sul dos EUA. Isso desestruturou uma economia agrícola autossuficiente e por vezes sustentável, para que as

² Dados primários disponíveis em *United Nations – African Statistical Yearbook* de 2012.

plantations fossem viabilizadas pelos europeus em outras terras. Por isso, nem sempre o que é legal deve ser lido como legítimo, reforça o autor.

“Na década de 1980, na África do Sul, mais de 80% das terras estavam com os brancos; na antiga Rodésia (atual Zimbábue), quase 50%; no Quênia, os de origem europeia eram 01% dos agricultores e detinham 30% das terras” (p. 54). As terras que “sobravam” aos nativos eram as piores e mais distantes das ferrovias. Vale salientar que a agricultura na África Subsaariana é datada desde o século IV a.C e muitos grupos dominavam as técnicas de metalurgia e de cerâmica, ou seja, foram subordinados, escravizados e/ou expulsos das terras, cujo trabalho em sua maioria era coletivo e formavam o espaço agrário africano.

Tal cenário atrelado à divisão política como uma herança europeia fez com que unidades tribais e/ou tribos amigas se juntassem com tribos de nações historicamente rivais, com línguas, costumes e práticas diferentes, o que provocou e em partes até hoje provoca conflitos internos, enquanto a “metrópole mandava e explorava a área, além de inculcar valores europeus nos nativos. Chegaram ao cúmulo de estabelecer um regime de segregação racial legal (o chamado *apartheid*), no qual uma minoria branca dominava a maioria não-branca” (p. 56).

Do capítulo 4 ao 7, Campos apresenta inúmeros elementos históricos e geográficos da África Negra, a descoberta europeia da África Subsaariana, a partilha da África Negra e o processo de descolonização da África, os quais devem ser submetidos à teoria inerente à expansão imperialista europeia. Os mapas apresentados no decorrer desses capítulos são bem didáticos ao desvendar alguns dos embates internos do continente africano, como é o caso do mapa 10 – “principais reinos, estados e cidades da África negra até o século XV” que remete à organização espacial e sua divisão em nobres, pessoas simples, servos e escravos.

No tocante à África Subsaariana deve-se salientar que a mesma permaneceu sem presença significativa dos europeus até a metade do século XIX. Essa expansão, em partes, pode ser explicada pela resistência da população africana e também pelas doenças tropicais como a malária, que somente no final do século os europeus conseguiram “combater”.

A lógica da escravidão antes mesmo da presença europeia existia nas sociedades, e as principais fontes das pessoas escravizadas eram as guerras, nas quais as mulheres e crianças dos derrotados também se tornavam cativas. Todavia, no período mercantilista a presença europeia na África Negra se estabeleceu como entrepostos, o que mais tarde resultou no Comércio Triangular feito pela Nova Inglaterra (EUA), que levava roupas e alimentos para as Antilhas e trocava por melão de cana, que transformam em rum e

posteriormente eram usados como moeda de troca por escravos na costa africana e vendidos em diferentes locais das Américas. Dito isso, reafirma-se que “a colonização foi uma ação consciente de alguns países europeus, com objetivos como conquista de territórios, posse de matérias primas, aumento do mercado consumidor, domínio cultural” (p. 149)³.

A independência dos países africanos, por sua vez, aconteceu notadamente após a 2ª Guerra Mundial e dentro dos inúmeros interesses dos países hegemônicos da Guerra Fria, “por essa razão, saíram do colonialismo para entrar no neocolonialismo” (p. 56).

A Revolução Industrial, a Doutrina Monroe (1823) e a fase imperialista dos EUA pelas Américas, em partes, fizeram com que a colonização do continente africano ocorresse para o pleno estabelecimento de novos territórios e mercados. Nesse momento, inicia-se a acirrada disputa pelos melhores “pedaços”, ou mesmo da - Corrida pela África; prova disso, salienta Campos, foi a realização da Conferência de Bruxelas e de Berlim para organizar a exploração. “A razão principal do processo de colonização é econômica e não missionária ou de levar a ‘civilização’ ou outra coisa qualquer” (p. 107).

Dentre as disputas pela “descolonização”, Campos indica que existiam dois tipos de pan-africanismos; um que aceitava as fronteiras traçadas durante a Conferência de Berlim e incentivava a constituição de Estados nacionais; e um segundo apontava que a Conferência de Berlim tinha provocado a “balcanização” do continente e “propunha a formação de Estados Unidos da África, com unidade econômica, política e militar” (p. 246). Para isso, ocorreram de 1887 até 1945, doze Organismos, Conferências ou Congressos Africanos para discutir a questão. Todavia, após a 1ª Guerra Mundial (1914-18) o Reino Unido (RU) permitiu uma semi-independência às suas colônias de povoamento europeu. Uma independência, ou mesmo a descolonização progressiva para a Inglaterra não perder os vínculos econômicos impostos pela Divisão Internacional do Trabalho; “vão-se os anéis, mas garantem-se os dedos. Nem tudo deu certo, no entanto, com os processos de descolonização que se caracterizaram sobretudo pela violência” (p. 147).

Nos capítulos 8 e 9, Campos discorre sobre a situação da maioria dos países africanos e apresenta alguns conflitos após a segunda grande guerra. Trata-se de uma leitura de um continente que deixou contribuições significativas até o início da Idade Moderna para outras regiões do mundo, como na agricultura, nos cultivos de cereais (arroz e sorgo), na mineração com o ouro; e mesmo com toda a contradição e perversidade do capitalismo e do próprio Estado, não dominaram as esferas da sociedade, cuja matriz continua sendo

³ Dentre os Estados colonizadores da África, destacam-se: Inglaterra, França, Portugal, Alemanha, Bélgica, Holanda, Espanha, Itália, etc.

os sistemas familiares, e a colonização não destruiu todas as estruturas de parentesco, inclusive, a autoridade e o papel dos mais velhos.

Prova disso, em partes, pode-se verificar com a assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem (assinada pela maioria dos países africanos) e também a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Contudo, os diversos direitos muitas vezes foram impostos pelas potências dominantes. E, talvez por isso, muitas ainda não atendam a pluralidade e frequentemente são transgredidas.

Na África Negra apenas 20% da população, hoje, é considerada população ativa, daí a dificuldade em falar em luta de classes; além da lógica de castas, estratos e ordem ainda existentes. Nota-se que “atualmente é uma área na qual as ONGs, a maioria de origem externa, se constituem em atores essenciais. E uma discussão ainda pendente é a respeito da sua legitimidade” (p. 169). Não há uma democracia internacional, há uma tomada de decisão alicerçada em interesses antagônicos.

Nas relações internacionais, o comando está nas relações de poder e essas relações estão com os Estados hegemônicos, aqueles com poder militar e tecnológico, e com os grandes grupos, com as corporações oligopolistas, para as quais muitas vezes os Estados atuam. Não há um governo mundial, o que significa que o mundo não seja governado por alguns Estados e empresas (CAMPOS, 2014, p. 170).

Entre 1963 a 2002, a OUA – Organização da União Africana – teve um papel importante na tentativa de dar maior unidade ao continente, esse papel em parte cabe à UA (União Africana), criada em julho de 2002, e almeja que o continente deixe de ser um “amontoado de países atrasados, estagnados e marginalizados dos países do mundo” (p. 170).

Em relação aos conflitos no pós Segunda Guerra, o autor destaca: Guerra de Biafra, Guerra do Antigo Congo Belga, Chifre da África, Ruanda e Burundi, Angola, Moçambique, Namíbia, O *Apartheid* na África do Sul e o caso pouco conhecido da Ilha Diego Garcia (Arquipélago de Chagos)⁴. Tratam-se de conflitos, genocídios, massacres, saques, segregações, expropriações e usurpações legitimadas para colonizar, neocolonizar e, recentemente, “globalizar”. Agora sob a égide da democracia, os conflitos e disputas persistem e, como salienta Campos, “muitas pessoas ainda acreditam que o governo estadunidense é um defensor da democracia” (p. 270).

⁴ Território Britânico do Oceano Índico – *British Indian Ocean Territory* (desde 1965), que outrora pertencia a um país africano – Ilhas Maurício; daí, a importância e atualidade que ajuda no entendimento de certas ações do RU e dos EUA.

Nesse contexto, a sábia frase de Nelson Mandela citada por Campos na epígrafe do capítulo 8 segue atual, pois, “*democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia*” (p. 167). Com tantos desafios, há esperança na luta; como exemplo, o autor indica que “o fim do regime do *apartheid* é uma prova de que sonhos podem ser realizados!” (p. 261).

Dessa maneira, o devir histórico da África na sua rica diversidade de ambientes naturais, de sua diversidade étnica e cultural precisa ser superado, pois, “a África necessita fazer agora sua história e não ficar a reboque de histórias alheias” (p. 281). A fome foi e ainda é um espectro terrível da colonização, da Guerra Fria e em partes do hodierno estágio da globalização, em que o bloqueio alimentar é utilizado contra os inimigos ou minorias⁵.

Salienta-se ainda, que os países africanos têm um acesso restrito aos mercados de capitais e permanecem presos à engrenagem do endividamento, em torno de US\$200 bilhões. A China vem sendo a grande concorrente dos EUA na África. Tal ajuda é múltipla e cresce fortemente, em tese baseia-se no *win-win* – todos se beneficiam. Talvez, estejamos frente a uma nova pilhagem, ou mesmo, partilha da África; o desenvolvimento capitalista e a desenfreada busca por matérias-primas podem materializar essa “nova” dominação. Inclui-se nessa partilha, além dos velhos europeus, o EUA, a China e os países emergentes, tal como: Brasil, Índia, Israel e até mesmo um país africano – África do Sul.

A busca e os conflitos seguem por petróleo – a maldição do petróleo–, pois, “países ricos nesta matéria prima permanecem pobres ou em guerra civil alimentadas por potências externas” (p. 280). Essas análises contundentes levam ao entendimento das diversas Áfricas existentes e por vezes irão testemunhar o caminho da barbárie, das insurreições e possivelmente das Revoluções ao escrever sua nova História, que outrora foi rebocada pelo Ocidente, e agora os povos da África precisam, ao menos, o direito de errar, “se é que estão errados; mas, se estiverem, é um erro feito por eles” (p. 296).

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2011.

_____. **Geografia Política das drogas ilegais**. Leme-SP: J. H. Mizuno, 2014.

⁵ Ressalta-se aqui é o planeta produz mais alimentos do que se consome, ou seja, há excedentes alimentares, ou mesmo *commodities* que poderiam acabar com a fome e subnutrição que atingia 300 milhões de africanos em 2010.

_____. **África Subsaariana**: características básicas, partilha europeia e alguns conflitos. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014a.

HUGNON, Philippe. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

Recebido para publicação em 15/11/2015

Aceito para publicação em 20/01/2016